



GT 027. Conflitos Socioambientais, Conhecimento Tradicional e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB) - Coordenador/a, Carmen Lúcia Silva Lima (Universidade Federal do Piauí) - Coordenador/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Helciane de Fátima Abreu Araujo (Universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a

No contexto atual, povos e comunidades tradicionais estão sendo impactadas por políticas governamentais e agroestratégias implementadas por conglomerados econômicos produtores de commodities agrícolas. O Grupo de Trabalho, aqui proposto, reunir pesquisadores que estejam refletindo sobre conflitos socioambientais vivenciados por povos e comunidades tradicionais em decorrência dos referidos empreendimentos. A análise privilegiar a relação que se estabelece entre as ações de pesquisa e as ações de resistência, com destaque para a interação entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos na formulação e crítica ao desenvolvimento sustentável. Terão prioridades propostas de trabalho que tratem de investigações realizadas na região do Brasil Central, que abrange os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco, norte de Minas Gerais e sul do Pará. A pretensão é socializar os resultados de experiências etnográficas com apoio de cartografias sociais que estejam dialogando com outras produções que abordem os conflitos socioambientais no Brasil Central.

Opará, o rio marcado para morrer

Autoria: Flávio José Rocha da Silva

Há décadas o Rio Opará, batizado pelos invasores portugueses como Rio São Francisco, sofre com ações tais como barramento, devastação das suas matas ciliares, retirada exagerada de suas águas para irrigação e a morte de seus afluentes. Na verdade, esta é uma história que começou há séculos. A mineração foi o primeiro grande atrativo para a sua exploração, especialmente no trecho que corta os Estados de Minas Gerais e Bahia. Suas águas também são destinadas atualmente para a irrigação de cana-de-açúcar, monocultura do eucalipto e fruticultura. São inúmeros os grandes projetos de irrigação que passaram a compor a paisagem de suas margens nas últimas décadas, explorando as suas águas. Indústrias, carvoarias, lazer e pesca também dela se aproveitam. Há ainda a poluição dos esgotos urbanos. Some-se a todas estas atividades o fato de que nos últimos setenta anos foram construídas barragens para a produção de energia elétrica, sendo elas: Três Marias, Sobradinho, Itaparica, Moxotó, as barragens de Paulo Afonso I, II, III e IV e Xingó. Todas responsáveis por um violento processo de expulsão dos moradores locais de suas terras, incluindo-se aí vários povos indígenas. As consequências de tantas intervenções humanas já são visíveis e sentidas pelas populações são franciscanas: 1. Queda de barreiras aterram o rio e dificultam a navegação nos trechos onde esta ainda ocorre; 2. As barragens represam a água para a produção de eletricidade modificando a vida natural do rio e prejudicando a migração dos peixes. 3. O mais alarmante é a cunha salina já adentrar o rio por mais de cinquenta quilômetros em certas épocas do ano. Além de todos estes fatos, há a transposição de suas águas para o Nordeste Setentrional ameaçando ainda mais a sua sobrevivência. O Rio Opará sobreviverá a tantos e múltiplos usos econômicos como a navegação, indústria, irrigação, abastecimento humano, esgotos, pesca, lazer e energia elétrica? Deve o seu curso natural ser desviado e suas águas levadas para tão distante? Ao que parece existe uma sentença para a sua morte que vem sendo anunciada há décadas e que não consegue sensibilizar os governos, colocando em ameaça milhões de



| pessoas que dependem de suas águas para a sobrevivência.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

